



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 164 - TERÇA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG</p>

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 20</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16</p> <p>LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</p> <p>LÍDER Alvaro Dias – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 50, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 314, de 31 de julho de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$698.797,766, 00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de setembro de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 18 de setembro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 411, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à HP Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 80, de 16 de março de 2006, que outorga permissão à HP Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de setembro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 152ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE SETEMBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências..... 29012

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2006, lido anteriormente, e sua tramitação nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum, iniciada no Senado Federal. 29020

Remessa a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização da Medida Provisória nº 322, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, no valor global de R\$ 24.528.000,00 (vinte e quatro milhões, quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica, onde poderá receber emendas. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.* 29020

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 323, de 2006, em 14 de setembro de 2006, e publicado no dia 15 do mesmo mês e ano, que autoriza a União a efetuar contribuição à Organização Mundial da Saúde – OMS, destinada a apoiar a viabilização da Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose (CICOM/UNITID), no valor de até R\$ 13.200.000,00. *Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.*..... 29020

1.2.3 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 482/2006, de 8 de setembro do corrente, comunicando que foram aprovadas as Emendas de

nºs 1, 2, 3,5,6,7,8,9,10 e 13, e rejeitadas as Emendas nºs 4, 11 e 12, oferecidas pelo Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2005 (nº 5.524/2005, na Câmara dos Deputados), o qual dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências..... 29021

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/14, de 2006 (nº 75/2006, na origem), de 13 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no habeas corpus nº 82959, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 1º de setembro de 2006, que declarou a inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. 29022

Término do prazo, na última sexta-feira, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2006 (nº 2.267/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à HP Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás, que tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação, vai à promulgação. 29022

Recebimento da Mensagem nº 219, de 2006 (nº 779/2006, na origem), de 12 do corrente, pela qual o Presidente da República, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até onze milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América, entre a Prefeitura Municipal de Joinville, Estado de Santa Catarina, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, destinada ao financiamento parcial do “Programa

Eixo Ecológico Leste e Estruturação de Parques Ambientais – Linha Verde”. 29022

1.2.5 – Leitura de Mensagem Presidencial

Nº 220, de 2006 (nº 792/2006, na origem), de 14 de setembro último, comunicando que se ausentará do País no período de 18 a 20 de setembro próximo, a fim de participar da LXI Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. (Anexada ao processado da Mensagem nº 74/2006)..... 29022

1.2.6 – Parecer

Nº 1.061, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2006 (nº 2.201/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Alto Astral Produções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima. 29023

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2006, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário, tendo em vista o Ofício nº 109, de 2006, da Comissão de Educação, lido em 6 do corrente. 29026

1.2.8 – Avisos do Tribunal de Contas da União (autuação)

Nº 35, de 2006-CN (nº 1.391-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.392, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste Norte – BR 364/RO – Anel Viário de Ji – Paraná – PT nº 26.782.0236.1A15.0011. (TC nº 008.890/2006-7)..... 29026

Nº 36, de 2006-CN (nº 1.423-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.448, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras rodoviárias emergenciais na BR-476/PR, no trecho compreendido entre Lapa e São Mateus do Sul (Km 195,8 ao KM 277,9) objeto do contrato nº 9010/2006, incluídas no Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas. (TC nº 002.302/2006-0). 29026

Nº 37, de 2006-CN (nº 1.430-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.449, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras rodoviárias emergenciais na BR-466/PR, trecho entre o entroncamento com a BR-476 (A) (Ponte

Manoel Ribas) e o entroncamento com a BR-476 (B) (divisa Paraná/Santa Catarina) Km 431, 2 ao Km 433, 4. (TC nº 002.385/2006-2)..... 29026

Nº 38, de 2006-CN (nº 1.458-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.507, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas MI, no período de 7-6-2006 a 13-6-2006. (TC nº 010514/2006-6)..... 29027

Nº 39, de 2006-CN (nº 1.462-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.496, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras relativas à manutenção, conservação e recuperação da BR-210, trecho divisa PA/RR – divisa RR/AM, PT 26.782.02202841.0014. (TC nº 005.951/2004-4). 29027

1.2.9 – Leitura de requerimento

Nº 995, de 2006, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes e José Jorge, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Embaixador Aluizio Napoleão de Freitas Rego, ocorrido no último dia 14 de setembro. Usa da palavra o Sr. Heráclito Fortes. ... 29027

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Aviso nº 1.078, de 2006, na origem, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando documentação em aditamento à Mensagem nº 217, de 2006 (nº 763/2006, na origem). 29028

1.2.11 – Discursos do Expediente

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Relato da viagem ao Estado do Pará, na companhia do candidato a vice-Presidente da República na chapa de Geraldo Alckmin, Senador José Jorge. Críticas ao governo federal por descaso para com prefeitos e municípios brasileiros. Comentário sobre repercussão, no final de semana, da coluna do jornalista Hélio Gaspari, evidenciando o autoritarismo do Presidente da República, e a intenção do fechamento do Congresso. Considerações sobre a propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Comentários sobre o episódio da compra de dossiê pelo PT para uso em propaganda eleitoral. Considerações sobre escuta telefônica feita no gabinete de Ministros do Tribunal Superior Eleitoral. 29028

SENADOR *JOSÉ JORGE* – Protesto aos escândalos ocorridos durante o fim de semana, trazendo à tona compra de dossiê contra adversários políticos, grampos no Tribunal Superior Eleitoral e declarações do Presidente Lula de desejo de fechamento do Congresso. 29031

SENADOR *GERALDO MESQUITA JÚNIOR* – Preocupação com declarações do Presidente da

República sobre intenções de fechamento do Congresso. Registro do II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, realizado em Brasília no período de 14 a 17 de setembro do corrente..... 29039

1.2.12 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Registro de matéria intitulada “No programa, ‘novo modelo’ para democratizar’ mídia”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 30 de agosto do corrente. 29041

SENADOR *MARCOS GUERRA* – Registro da matéria intitulada “Volks demite; trabalhadores iniciam greve”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 30 de agosto do corrente. 29043

SENADOR *JUVÊNCIO DA FONSECA* – Comentário sobre matéria intitulada “Usineiro que apóia Lula foi autuado por trabalho escravo”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 15 de agosto do corrente. 29044

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro da matéria intitulada “Bird exigirá combate à corrupção para emprestar”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 22 de agosto do corrente. 29045

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

3 – SECRETARIA DE COMISSÕES

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 152ª Sessão Não Deliberativa, em 18 de setembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Geraldo Mesquita Júnior e Heráclito Fortes

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006 (Da CPMI da Terra)

Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, pra prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigor com o seguinte § 2º, renumerando-se os atuais §§ 2º e 3º para, respectivamente, §§ 3º e 4º:

“Art. 161.

§ 1º

Esbulho possessório com fins políticos

§ 2º Saquear, invadir, depredar ou incendiar propriedade alheia, ou manter quem nela se encontra em cárcere privado, com o fim de manifestar inconformismo político ou de pressionar o governo a fazer ou deixar de fazer alguma coisa:

Pena – reclusão, de três a dez anos.

..... (NR)”

Art. 2º O art. 92 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigor acrescido do seguinte inciso:

“Art. 92.

.....

IV – a extinção de pessoa jurídica legalmente instituída e utilizada para prática de crime por iniciativa ou consentimento de seus dirigentes.

.....NR)”

Art. 3º O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigor acrescido do seguinte inciso:

“Art. 1º

.....

VII-C – esbulho possessório com fins políticos (art. 161, § 2º).

..... (NR)”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As ações perpetradas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) são inaceitáveis perante o nosso ordenamento constitucional, e vem gozando da falta de tipicidade de seus atos. O Judiciário não vem aceitando ações penais do Ministério Público contra o MST com base no crime de esbulho possessório, previsto no art. 161, § 1º, II, do Código Penal, uma vez que o referido tipo penal pede por um elemento subjetivo específico (dolo específico), que é o animus de esbulhar. O MST tem, com êxito, defendido que o fim de seus atos não é o esbulho possessório em si, mas manifestar inconformismo político e pressionar o governo a executar políticas sociais. Assim, suas condutas restariam atípicas.

O presente projeto vem para corrigir essa lacuna legal, e dar ao nosso direito penal força para punir essa ação que afronta os princípios constitucionais da propriedade, da livre iniciativa, da liberdade e até mesmo da função social da propriedade, visto que muitas das terras invadidas pelo Movimento são produtivas.

Trata-se, em suma, de afronta ao regime representativo e democrático e ao Estado de Direito, o que desvela a natureza hedionda desse crime, de efeitos

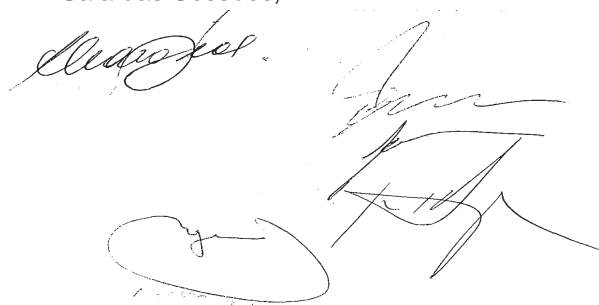
sociais muito mais graves do que várias das condutas previstas no rol da Lei nº 8.072, de 1990.

A alteração no art. 92 do Código Penal é não menos importante, pois possibilita como efeito da condenação, em sentença motivada, a extinção de pessoa jurídica legalmente instituída usada por seus dirigentes para a prática de crime, em tributo aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, erigidos como fundamento de nosso Estado democrático de direito (art. 1º, IV, da Constituição Federal).

Com este projeto tornado lei, buscamos dar resposta eficaz ao estágio que chegou esse tipo de movimento dito "social", que impõe inaceitável desrespeito à liberdade social e à autoridade do Estado e fragiliza

o processo jurídico-democrático, o qual, há vinte anos, vem se consolidando em nosso País.

Sala das Sessões,



CPMI da Terra

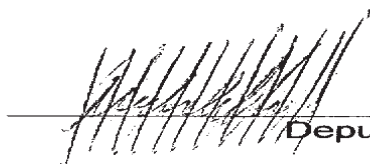
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), criada através do Requerimento nº 13, de 2003 – CN, “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores”

Art. 245 do RISF: Considera-se de comissão a proposição que, com esse caráter, for por ela apresentada.

Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO **(Voto em Separado do Deputado Abelardo Lupion)**

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005 **(Da CPMI da Terra)**

Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.



Deputado Moacir Micheletto

CPMI da Terra

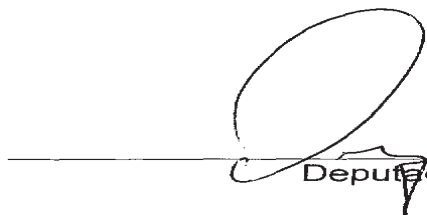
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), criada através do Requerimento nº 13, de 2003 – CN, “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores”

Art. 245 do RISF: Considera-se de comissão a proposição que, com esse caráter, for por ela apresentada.

Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO **(Voto em Separado do Deputado Abelardo Lupion)**

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005 **(Da CPMI da Terra)**

Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.



Deputado Onyx Lorenzoni

CPMI da Terra

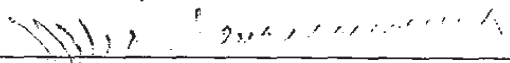
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), criada através do Requerimento nº 13, de 2003 – CN, “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores”

Art. 245 do RISF: Considera-se de comissão a proposição que, com esse caráter, for por ela apresentada.

Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO **(Voto em Separado do Deputado Abelardo Lupion)**

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005 **(Da CPMI da Terra)**

Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.



Deputado Max Rosenmann

CPMI da Terra

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), criada através do Requerimento nº 13, de 2003 – CN, “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores”

Art. 245 do RISF: Considera-se de comissão a proposição que, com esse caráter, for por ela apresentada.

Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO **(Voto em Separado do Deputado Abelardo Lupion)**

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005 **(Da CPMI da Terra)**

Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.



Senador César Borges

CPMI da Terra

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), criada através do Requerimento nº 13, de 2003 – CN, “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores”

Art. 245 do RISF: Considera-se de comissão a proposição que, com esse caráter, for por ela apresentada.

Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO

(Voto em Separado do Deputado Abelardo Lupion)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005

(Da CPMI da Terra)

Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.

Senador Valdir Raupp

CPMI da Terra

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), criada através do Requerimento nº 13, de 2003 – CN, “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores”

Art. 245 do RISF: Considera-se de comissão a proposição que, com esse caráter, for por ela apresentada.

Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO

(Voto em Separado do Deputado Abelardo Lupion)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005

(Da CPMI da Terra)

Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.

Senador Flexa Ribeiro

CPMI da Terra

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), criada através do Requerimento nº 13, de 2003 – CN, “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores”

Art. 245 do RISF: Considera-se de comissão a proposição que, com esse caráter, for por ela apresentada.

Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO

(Voto em Separado do Deputado Abelardo Lupion)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005 (Da CPMI da Terra)

Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.


Deputado Xico Graziano

CPMI da Terra

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), criada através do Requerimento nº 13, de 2003 – CN, “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores”

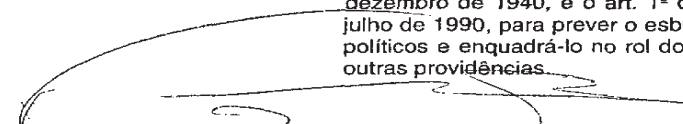
Art. 245 do RISF: Considera-se de comissão a proposição que, com esse caráter, for por ela apresentada.

Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO

(Voto em Separado do Deputado Abelardo Lupion)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005 (Da CPMI da Terra)

Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.


Deputado Josué Bengtson

CPMI da Terra

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), criada através do Requerimento nº 13, de 2003 – CN, “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores”

Art. 245 do RISF: Considera-se de comissão a proposição que, com esse caráter, for por ela apresentada.

Proposição constante do RELATORIO FINAL APROVADO

(Voto em Separado do Deputado Abelardo Lupion)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005 (Da CPMI da Terra)

Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.



Deputado Abelardo Lupion

CPMI da Terra

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), criada através do Requerimento nº 13, de 2003 – CN, “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores”

Art. 245 do RISF: Considera-se de comissão a proposição que, com esse caráter, for por ela apresentada.

Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO

(Voto em Separado do Deputado Abelardo Lupion)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005 (Da CPMI da Terra)

Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.



Deputado Luis Carlos Heinze

CPMI da Terra

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), criada através do Requerimento nº 13, de 2003 – CN, “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores”

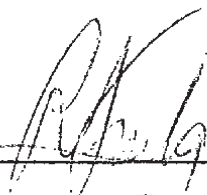
Art. 245 do RISF: Considera-se de comissão a proposição que, com esse caráter, for por ela apresentada.

Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO

(Voto em Separado do Deputado Abelardo Lupion)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005 (Da CPMI da Terra)

Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.



Deputada Rose de Freitas

CPMI da Terra

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), criada através do Requerimento nº 13, de 2003 – CN, “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores”

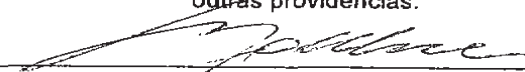
Art. 245 do RISF: Considera-se de comissão a proposição que, com esse caráter, for por ela apresentada.

Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO

(Voto em Separado do Deputado Abelardo Lupion)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005 (Da CPMI da Terra)

Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.



Senador Gilberto Goellner

CPMI da Terra

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), criada através do Requerimento nº 13, de 2003 – CN, “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores”

Art. 245 do RISF: Considera-se de comissão a proposição que, com esse caráter, for por ela apresentada.

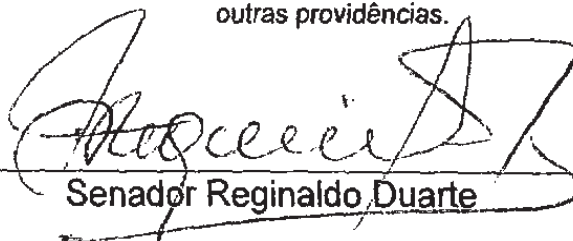
Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO

(Voto em Separado do Deputado Abelardo Lupion)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005

(Da CPMI da Terra)

Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.



Senador Reginaldo Duarte

Foi inserida a folha 1478.15, contendo cópia do verso da folha 1478, com a finalidade de separar os Projetos de Lei para melhor visualização de suas assinaturas.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Alteração de limites

Art. 161. Suprimir ou deslocar tapume, marco, ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia:

Pena – detenção, de um a seis meses, e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem:

Usurpação de águas

I – desvia ou represa, em proveito próprio ou de outrem, águas alheias;

Ebulho possessório

II – invade, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório.

§ 2º Se o agente usa de violência, incorre também na pena a esta cominada.

§ 3º Se a propriedade é particular, e não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O projeto que acaba de ser lido, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 13, de 2003, terá a sua tramitação iniciada no Senado Federal e tramitará nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum, inclusive quanto aos turnos de tramitação.

O projeto será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 322, de 2006**, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, no valor global de R\$24.528.000,00 (vinte e quatro milhões, quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas (OF/SF nº 17/2006).

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 322

Publicação no DO	15-9-2006
Emendas	até 21-9-2006 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	15-9-2006 a 28-9-2006 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	28-9-2006
Prazo na CD	de 29-9-2006 a 12-10-2006 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	12-10-2006
Prazo no SF	13-10-2006 a 26-10-2006 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	26-10-2006
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	27-10-2006 a 29-10-2006 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, observando a pauta a partir de	30-10-2006 (46º dia)
Prazo final no Congresso	13-11-2006 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O Senhor Presidente da República adotou, em 14 de setembro de 2006, e publicou no dia 15 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 323, de 2006**, que “Autoriza a União a efetuar contribuição à Organização Mundial da Saúde – OMS, destinada a apoiar a viabilização da Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose (CICOM/UNITID), no valor de até R\$13.200.000,00.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)	
Alvaro Dias (PSDB)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	vago
César Borges (PFL)	vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	vago

PMDB

Wellington Salgado de Oliveira	Alberto Silva
Luiz Otávio	vago
Valdir Raupp	vago

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)

Ideli Salvatti (PT)	vago
Sibá Machado (PT)	vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	vago

PTB

Mozarildo Cavalcanti	1.Sérgio Zambiasi
----------------------	-------------------

***PDT**

Jefferson Péres	(vago)
-----------------	--------

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****PT**

Henrique Fontana	Ângela Guadagnin
Fernando Ferro	Anselmo

PMDB

Wilson Santiago	Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	Asdrúbal Bentes

PFL

Rodrigo Maia	Luiz Carlos Santos
Kátia Abreu	José Rocha

PSDB

Jutahy Junior	Bismarck Maia
---------------	---------------

PP

Mário Negromonte	Benedito de Lira
------------------	------------------

PTB

José Múcio Monteiro	Fleury
---------------------	--------

PL

Luciano Castro	José Carlos Araújo
----------------	--------------------

PSB

Alexandre Cardoso	Dr. Ribamar Alves
-------------------	-------------------

PDT

Miro Teixeira	Alvaro Dias
---------------	-------------

***PSC**

Pastor Amarildo	Zequinha Marinho
-----------------	------------------

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 15-9-2006**
- Designação da Comissão: **18-9-2006 (SF)**
- Instalação da Comissão: **19-9-2006**
- Emendas: **até 21-9-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **15-9-2006 a 28-9-2006** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **28-9-2006**
- Prazo na CD: **de 29-9-2006 a 12-10-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **12-10-2006**
- Prazo no SF: **de 13-10-2006 a 26-10-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **26-10-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 27-10-2006 a 29-10-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **30-10-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **13-11-2006** (60 dias)

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 482/06/PS-GSE

Brasília, 8 de setembro de 2006

Assunto: comunica envio de PL à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foram aprovadas as Emendas de nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 13, e rejeitadas as Emendas de nºs 4, 11 e 12, oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei nº 5.524, de 2005, (PLC 143/05), o qual “Dispõe sobre a instituição de concurso do prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências.”

2. Informo que foram suprimidos:

§ 4º do art. 1º da Emenda nº 1, dessa Casa, por meio de Destaque para votação em separado da Bancada do PT; e

a expressão “devendo o prazo remanescente para sua quitação, na hipótese de inadimplência de 2 (dois) ou mais recolhimentos mensais, ser automaticamente reduzido em dois terços” e os §§ 2º e 3º, constantes da Emenda nº 6, dessa Casa, por meio de Destaque para votação em separado da Bancada do PMDB.

3. Na oportunidade, informo ainda a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, Deputado **Inocência Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O ofício que acaba de ser lido será publicado e anexado ao processado do **Projeto de Lei da Câmara nº143, de 2005**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/14, de 2006** (nº 75/2006, na origem), de 13 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no *habeas corpus* nº 82959, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 1º de setembro de 2006, que declarou a inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2006** (nº 2.267/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à HP Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás*.

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Educação, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 219, de 2006** (nº 779/2006, na origem), de 12 do corrente, pela qual o Presidente da República, solicita

seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de a até onze milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América, entre a Prefeitura Municipal de Joinville, Estado de Santa Catarina, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, destinada ao financiamento parcial do “Programa Eixo Ecológico Leste e Estruturação de Parques Ambientais – Linha Verde”.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 220, DE 2006
(Nº 792/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los que me ausentarei do País no período de 18 a 20 de setembro próximo, a fim de participar da LXI Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York.

Brasília, 14 de setembro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 1.075 – C. Civil

Em 14 de setembro de 2006

Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 18 a 20 de setembro próximo, a fim de participar da LXI Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A mensagem que acaba de ser lida será juntada ao processado da Mensagem nº 74, de 2006, e vai à publicação.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.061, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2006 (nº 2.201/ 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão á Alto Astral Produções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima.

Relator: Senador Augusto Botelho

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 353, de 2006 (nº 2.201, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Alto Astral Produções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 353, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução Nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 353, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Alto Astral Produções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 6 de setembro 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 353/06 NA REUNIÃO DE 06/09/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

sem: Wellington Salgado de O.

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
RELATOR:	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 353106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
ÍRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MAO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: ~ ABS: ~ AUTOR: ~ PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/09/2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Educação

Of. nº CE/109/2006

Brasília, 6 de setembro de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, os Projetos de Decretos Legislativos de nºs: 353,358, 362,364,385,399, 403 e 406 de 2006.

Atenciosamente, – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

*LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....
SEÇÃO II**Das Atribuições Do Congresso Nacional**
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Com referência ao **Ofício nº 109, de 2006**, da Comissão de Educação, lido em 6 do corrente, a Presidência comunica ao Plenário, que nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2006**, aprovado pela Comissão de Educação, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sobre a mesa, avisos que passem a ler.

São lidos os seguintes:

AVISO

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

- Aviso nº 35, de 2006-CN (nº 1.391–SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.392, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste Norte – BR 364/RO – Anel Viário de Ji –Paraná – PT nº 26.782.0236.1ª 15.0011. (TC nº 008.890/2006 – 7).
- Aviso nº 36, de 2006-CN (nº 1.423–SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.448, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras rodoviárias emergenciais na BR-476/PR, no trecho compreendido entre Lapa e São Mateus do Sul (km 195,8 ao km 277,9) objeto do contrato nº 9010/2006, incluídas no Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança Estradas. (TC nº 002.302/2006-0).
- Aviso nº 37, de 2006-CN (nº 1.430–SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.449, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras rodoviárias emergenciais na BR-466/PR, trecho entre o entroncamento com a BR-476(A)

(Ponte Manoel Ribas) e o entroncamento com a BR-476(B) (divisa Paraná/Santa Catarina) km 431,2 ao km 433,4. (TC nº 002.385/2006-2).

– Aviso nº 38, de 2006-CN (nº 1.458-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.507, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas MI, no período de 7-6-2006 a 13-6-2006. (TC nº 010514/2006-6).

– Aviso nº 39, de 2006-CN (nº 1.462-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.496, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras relativas à manutenção, conservação e recuperação da BR-210, trecho divisa PA/RR – divisa RR/AM, PT 26.782.02202841.0014. (TC nº 005.951/2004-4).

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Os avisos que acabam de ser lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apresento requerimento, nos termos regimentais e de acordo com a tradição desta Casa, para que sejam prestadas as seguintes homenagens pelo falecimento do embaixador Aluísio Napoleão de Freitas Rego, ocorrido no último dia 14 de setembro nesta Capital.

A inserção em Ata do voto de profundo pesar é o que solicito, apresentação de condolências ao Ministério das Relações Exteriores, à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí e a seus familiares.

A justificativa, Sr. Presidente, prende-se ao fato de que Aluísio Napoleão de Freitas Rego formou-se em Direito pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Fez concurso para o Itamaraty e seguiu a carreira diplomática, exercendo importantes funções públicas. Foi Embaixador brasileiro no Irã, na Suécia e na China, além de ocupar, nos anos 40, o consulado do Brasil em Portland, no Estado do Oregon, onde nasceu Hugo Napoleão, seu filho único, que foi Governador do Piauí, Deputado, Ministro de Estado da Educação, da Cultura e das Comunicações e Senador.

Aluísio Napoleão também foi assessor direto do Presidente Juscelino Kubitschek, ocupando a coordena-

doria do Cerimonial da Presidência da República. Acompanhou toda a fase de construção de Brasília, tendo sido o coordenador das solenidades de inauguração da nova capital. Por causa dessa forte relação com a cidade, foi sepultado na Ala dos Construtores de Brasília, no cemitério Campo da Esperança.

Era conhecido pela polidez e profundo conhecimento intelectual, mas também pela dedicação ao país, o amor ao Piauí e o apego à cultura, revelando-se um extraordinário escritor e notabilizando-se como um dos mais importantes biógrafos de Santos Dumont e do Barão do Rio Branco. Também fazia parte da Academia Piauiense de Letras.

Aposentado, Aluísio vivia em Brasília desde o início dos anos 80 e iria completar 92 anos em novembro. No dia 1º de junho, sofrera um duro golpe, com a morte de Dona Regina Napoleão, sua esposa por 65 anos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por estes motivos, apresento este requerimento solicitando a aprovação e as providências aqui solicitadas, na certeza de que os demais companheiros com assento neste Senado se solidarizarão com este ato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Esta Presidência se associa ao voto de pesar solicitado e o encaminhará.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 995, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, requeremos sejam prestadas as seguintes homenagens pelo falecimento do Embaixador **Aluísio Napoleão de Freitas Rego**, ocorrido no último dia 14 de setembro, nesta Capital:

- 1) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- 2) apresentação de condolências ao Ministério das Relações Exteriores, à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí e à família.

Justificação

Aluísio Napoleão de Freitas Rego formou-se em Direito pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Fez concurso para o Itamaraty e seguiu a carreira diplomática, exercendo importantes funções públicas. Foi embaixador brasileiro no Irã e na China, além de ocupar nos anos 40 o consulado do Brasil em Portland, no Estado do Oregon, onde nasceu Hugo Napoleão, seu filho único, que foi Governador, Deputado, Ministro de Estado da Educação, da Cultura e das Comunicações e

Senador. Aluísio Napoleão também foi assessor direto do Presidente Juscelino Kubitschek, ocupando a coordenação do Cerimonial da Presidência da República. Acompanhou toda a fase de construção de Brasília, tendo sido o coordenador das solenidades de inauguração da nova capital. Por causa dessa forte relação com a cidade, foi sepultado na Ala dos Construtores de Brasília, no cemitério Campo da Esperança.

Era conhecido pela polidez e profundo conhecimento intelectual, mas também pela dedicação ao país, o amor ao Piauí e o apego à cultura, revelando-se um extraordinário escritor e notabilizando-se como um dos mais importantes biógrafos de Santos Dumont e do Barão do Rio Branco. Também fazia parte da Academia Piauiense de Letras.

Aposentado, Aluísio vivia em Brasília e iria completar 92 anos em novembro. No dia primeiro de junho, sofrera um duro golpe, com a morte de Dona Regina Napoleão, sua esposa por 65 anos.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 2006.
Senadores **Heráclito Fortes** de **José Jorge**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 1.078, de 2006**, na origem, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando documentação em aditamento à **Mensagem nº 217, de 2006** (nº 763/2006, na origem).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e serão confeccionados novos avulsos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, era minha intenção ocupar a tribuna do Senado hoje para relatar uma agradável viagem que fiz nesta campanha eleitoral, na companhia do candidato a vice-Presidente da República na chapa de Geraldo Alckmin, Senador José Jorge, ao Estado do Pará.

Estivemos primeiramente na cidade de Santarém, onde estivemos em um encontro político, com a participação do atual Governador, Simão Jatene, de lideranças políticas, candidatos a Deputados Estaduais, Federais, do candidato a Senador Mário Couto, e do ex-Senador, Governador do Pará e futuro Governador Almir Gabriel.

Sr. Presidente, no dia seguinte, tivemos oportunidade de conhecer Alter do Chão, cidade próxima, de grande potencialidade turística, que me impressionou

pela beleza. Visitamos a cidade exatamente no momento em que comemorações eram feitas dentro do calendário paraense, atendendo a apelos do folclore amazônico.

Coincidentemente, ontem ou anteontem, a caravana do Jornal Nacional passou exatamente nessa cidade, mostrando à Nação as maravilhas e a beleza do Rio Amazonas e do Rio Tapajós naquela área e também essa festa.

No dia seguinte, estivemos em Belém e participamos de um encontro envolvendo lideranças políticas, cerca de 100 atuais prefeitos de municípios paraenses, ex-prefeitos, vereadores e lideranças políticas.

Abordei um tema que é exatamente o desprezo que o atual governo dá ao municipalismo brasileiro, a maneira como as prefeituras são maltratadas, os prefeitos são – aliás, numa tática autoritária que o governo adota desde o primeiro momento – jogados contra a opinião pública. Citei, Senador Geraldo Mesquita Júnior, um fato: o atual governo iniciou uma prática de fazer bingo da reputação dos municípios, ao iniciar aquele sorteio, na Caixa econômica Federal, para investigações que seriam feitas nas prefeituras brasileiras.

Ora, a investigação é uma rotina, tem que ser feita; os fatos têm que ser apurados, mas sem a necessidade do bingo, envolvendo, inclusive, a sistemática de sorteio que a Loteria Federal, dirigida pela Caixa econômica Federal, faz para premiar brasileiros.

As esferas, no caso dos prefeitos, são para punição. E a partir do momento em que o município é escolhido no sorteio, passa-se a fazer um verdadeiro massacre público contra aquele prefeito.

É evidente que sou favorável a que as apurações sejam feitas no Brasil, custe o que custar, doa a quem doer. Mas o que ocorre com as prefeituras é que só se apura aquilo que o município descumpre e não o que a União deixa de cumprir.

Sr. Senador Presidente, na maioria dos casos, o envolvimento desses prefeitos com débitos e desorganização administrativa tem uma origem, que é exatamente o não cumprimento, pelo Governo, das liberações aprovadas por uma lei que tem que ser respeitada, que é o Orçamento brasileiro.

Os prefeitos contratam as obras, iniciam essas obras, recebem a primeira liberação; a segunda liberação – quando acontece – é com atraso de 6, 8, 10 meses, comprometendo, em muito, os prefeitos brasileiros.

Por outro lado, se há uma categoria que foi massacrada nos últimos anos, e digo isso como municipalista que sou, foi a dos prefeitos brasileiros, com o arrocho do Governo Federal diminuindo a liberação dos recursos, não cumprindo o que foi aprovado no Congresso

– o aumento dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios – e fazendo com que, por meio de uma política centralizadora, não só os municípios mas também os Estados ficassem permanentemente à mercê e na dependência do poder central.

Sr. Presidente, parecia que eu estava prevendo o que ia acontecer. O Presidente da República esteve em Belém, neste final de semana, e recebeu não apenas um prefeito e o Líder do Pará, Almir Gabriel, mas cerca de trinta prefeitos, segundo a imprensa. Um dos prefeitos ajoelhou-se aos pés de Sua Excelência para pedir que liberasse recursos prometidos já há muito tempo para seu Município. Foi um constrangimento geral. A própria imprensa noticia, embora de maneira cautelosa, o que aconteceu.

A atitude de desespero daquele Prefeito é simbólica para mostrar ao Brasil o despreço que o atual Governo tem para com os Municípios brasileiros. Essa política de arrocho no Município é impiedosa, centralizadora e perversa. Afinal de contas, aprendemos que ninguém mora na Nação, nem no Estado, mas no Município. Exatamente o prefeito e os vereadores que são os responsáveis pela demanda diária da sociedade. São eles exatamente os responsáveis pelo primeiro socorro, pela assistência social. O prefeito, além de administrador da sua cidade, é conciliador, é médico, é juiz, é protetor, é delegado. Trata-se de cargo que merece de todos o maior respeito

Mas o Governo usou por prática não só desgastar os Municípios brasileiros pelo enfraquecimento das prefeituras, como também a classe política, de modo geral, criando factóides com os quais sistematicamente procura colocar o Congresso brasileiro e a atividade parlamentar contra a opinião pública.

O caso dos sanguessugas é um exemplo disso. Penso que o Congresso sairá engrandecido se punir todos os envolvidos de maneira exemplar nesse triste episódio. Mas não podemos esquecer de que o Congresso é apenas uma filial desse processo. A matriz geradora, corruptora é o Executivo brasileiro, porque é lá que se paga. O contingenciamento do Orçamento é feito no Executivo. A escolha dos municípios beneficiados ou dos municípios que não serão atendidos parte do Executivo. Daí se vê que, em todos os processos que tratam de corrupção que o Governo Federal se envolveu, nos últimos quatro anos, os agentes são exatamente habitantes do Executivo nacional.

Sr. Presidente, se esse era o tema que me trazia aqui, os últimos fatos e os últimos acontecimentos me levam a mudar um pouco de rumo. Em primeiro lugar, vimos a repercussão, no fim de semana, na coluna do Jornalista Hélio Gaspari – e não vi nenhum desmentido ainda a esse acreditado jornalista –, acerca

da informação de que o Presidente, num desabafo, já passada a meia-noite, teria dito, em diálogo com um grande empresário de São Paulo sobre reformas que seriam feitas ou que se tentavam fazer no Congresso, pediu que não lhe despertassem o demônio que guarda dentro si, que é exatamente o demônio do autoritarismo, do golpe, do fechamento do Congresso.

Aliás, Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a, que preside a Casa neste momento, sabe que não é surpresa o fato de eu vir alertando para o veio autoritário deste Governo já há bastante tempo. Nos mínimos detalhes, nas pequenas oportunidades que surgem, o Presidente da República e sua equipe se mostram autoritários. E sabe bem V. Ex^a que o autoritarismo é uma arma usada por governos fracos de estrutura para esconder as mazelas e a corrupção ou os atos de força, as arbitrariedades que contêm em seu bojo.

Sr. Presidente, nada disso mais passou a ter valor ou importância após a surpresa da Nação ao se deparar com um fato felizmente explicável por Freud – ainda bem, Senador José Jorge, que aparece Freud e procura explicar. É lamentável! Compra de dossiês adrede preparados para uso em propaganda eleitoral, com a finalidade exclusiva de enganar a opinião pública. Defendo até que essa lei eleitoral que estamos aperfeiçoando precisa ser mais rigorosa com relação à propaganda no rádio e na televisão, tida como gratuita, sendo que sabe muito bem V. Ex^a e a Nação toda que é a parte mais cara de uma campanha.

A mentira dita na televisão, a calúnia, tem que ser punida exemplarmente, de maneira dura, Senador José Jorge, para que fatos dessa natureza não se repitam. O Presidente mentir sobre o metrô de Recife, de Fortaleza ou de Salvador, sobre suas bravatas em Tucuruí, na construção de eclusas, ou sobre quilômetros de estradas que teria construído, isso até passa porque não ofende; apenas o conceito fica abalado. Mas usar instrumentos como a calúnia passa a ser crime que tem que ter punição gravíssima.

Sr. Presidente, semana passada eu disse aqui nesta tribuna que os fatos começavam a acontecer e a reversão do resultado das pesquisas começava a mudar porque o PT jogou um cesto de pedras para cima, mas se esqueceu de sair debaixo e elas todas estavam caindo em suas cabeças. Os fatos estão mostrando que eu estava certo.

Agora, vem a notícia de uma escuta telefônica feita no gabinete de três Ministros envolvidos na investigação do processo eleitoral, três ministros do Tribunal Superior Eleitoral.

Sr. Presidente, é inaceitável que esses fatos aconteçam no Brasil, e eles vêm ocorrendo em uma repetição muito parecida com a que aconteceu na Venezue-

la, em pleito recente, quando se baniu por completo o equilíbrio democrático. A distribuição das cadeiras no Parlamento venezuelano foi por terra e houve apenas uma eleição para constar. Lá, o Presidente anuncia a perpetuidade no poder por meio de eleições consecutivas diretas com os mecanismos adotados.

Depois, houve a Assembléia Constituinte da Bolívia – país enaltecido pelo atual Presidente porque, segundo a sua ótica, sob o comando de Evo Morales, viveria uma nova fase –, mas o que estamos vendo lá é a repetição do autoritarismo. E o Brasil a querer copiar essa cartilha e essa prática.

Há cerca de dez dias, discutia-se aqui a questão do petróleo venezuelano, e líderes do PT diziam que tudo ia muito bem, que o negócio ia continuar, que estava tudo às mil maravilhas. E, mais uma vez, fomos surpreendidos por uma decisão que se sabe de antemão ser irreversível por parte do Governo boliviano com relação à política de gás e petróleo envolvendo o Brasil.

E o Governo, com aquele seu velho refrão de “não sabia e não viu nada”, continua levando os fatos com a barriga.

O Presidente Evo Morales, de uma maneira bem franca, protelou a decisão para o dia seguinte da eleição, apenas para adiar o que já foi decidido, ou seja, o anúncio, e, segundo sua ótica, tendo em vista apelos que recebeu agora em Cuba, para não prejudicar a candidatura do Presidente. O Brasil não pode se submeter a esse tipo de coisa, Sr. Presidente.

Senador José Jorge, a informação sobre compra e venda de dossiês com a digital direta do Palácio do Planalto é de deixar estarecida a opinião pública nacional e principalmente a internacional – que já começa a se manifestar sobre esses fatos –, mas a audácia de se gravarem conversas ou de se montar aparelho de gravação de conversas envolvendo Ministros do Tribunal, principalmente aquele responsável pela fiscalização da propaganda eleitoral, é um fato da maior gravidade e nunca visto ou nunca, pelo menos, imaginado que pudesse acontecer em nosso País.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador José Jorge, ouço V. Ex^a com o maior prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Na realidade, os assuntos que V. Ex^a aborda neste momento serão tratados no pronunciamento que farei logo após seu discurso. No pronunciamento que fiz, não falei sobre o grampo ao Ministro do TSE, porque são muitos os escândalos e temos tempo limitado. Resolvi não falar sobre esse tema, mas o considero da maior gravidade. Estamos adentrando um regime de banditismo com-

pleto. Até mesmo os juízes da Justiça Eleitoral, que devem ser protegidos para que a democracia possa ser preservada no nosso País, estão sendo ouvidos, e ninguém sabe por quem – desconfiamos de quem seja, dos políticos que estão se utilizando desses métodos para obter vantagem eleitoral. Essa questão de alta gravidade deve ser examinada no contexto do que vem acontecendo nesses quatro anos. Esta semana, quando pensávamos... Citarei no meu discurso um artigo do jornalista Villas-Bôas Corrêa publicado semana passada – se não me engano, sexta-feira. Ele escreveu que o escândalo das cartilhas seria o último do Governo Lula antes da eleição. Quando li o artigo, acreditei nisso, pensei que seria verdade. No entanto, esta semana, houve o escândalo da gravação do Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, o escândalo do dossiê e a revelação do desejo do Presidente Lula de fechar o Congresso. São coisas tão absurdas e tão graves, que nos obrigam – V. Ex^a, eu e outros Parlamentares – a interromper nossa campanha eleitoral para ocuparmos nossas cadeiras no Senado – para as quais fomos eleitos pelos nossos Estados e encaminhados pelo povo brasileiro –, a fim de fazermos esta denúncia à Nação. Hoje, deveríamos estar fazendo campanha eleitoral. Eu e V. Ex^a deveríamos estar indo ao Paraná, o Senador Geraldo Mesquita Júnior deveria estar no Estado de S. Ex^a, mas tivemos de vir para cá exatamente a fim de mostrar ao Brasil o que está acontecendo, com o nível de detalhes que sabemos. Bem ou mal, dispomos da TV Senado e de todo este espaço para fazer denúncias ao País. A autoconfiança do Presidente Lula de que ganhará no primeiro turno está fazendo com que ele agrida as pessoas e com que esteja realizando sua campanha política de uma forma agressiva. É cedo demais! Esta eleição não está decidida e há, na verdade, uma grande possibilidade de haver segundo turno, quando, aí sim, teremos a possibilidade de discutir todos esses problemas frente a frente, um contra um. Era o que eu tinha a dizer, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

O caso da cartilha é gravíssimo. A garantia da impunidade faz com que a própria Secretaria de Comunicação do Governo afirme que rodou as cartilhas para atender o PT.

E se essa cartilha interessasse também a outros partidos políticos? Se essa cartilha fosse uma cartilha republicana?

O partido que está no poder não tem o direito de usar o aparelho estatal para azeitar as atividades partidárias da sua agremiação. E agora começa a aparecer, no bojo dessa denúncia, uma empresa de Campinas,

também de publicidade, chamada Que, que, embora seja pequena, tem contas gordas na Petrobras e na própria Secretaria de Comunicação.

Já circulam nos *sites* nomes de gráficas que rodaram propaganda eleitoral da campanha de 2004 e que, segundo se apura, seria exatamente o produto desse material encomendado e não entregue.

Tudo isso precisa ser apurado! Que as atitudes republicanas do Ministro da Justiça sejam amplas, gerais e irrestritas. Elas não podem ter conotações limitadas, tampouco dirigidas.

Há quatro anos, o Brasil viveu um escândalo semelhante, embora, em outras circunstâncias, completamente diferente. Numa operação, a Polícia Federal apreendeu um dinheiro que, depois de apurado, foi liberado. Ora, a Bancada do PT se vangloria das ações da Polícia Federal. Assim, ela própria teria obrigação de pedir a divulgação da fotografia do dinheiro apreendido, como se fez há quatro anos.

É inaceitável, é inadmissível que a proibição da filmagem ou da fotografia dos recursos tenha partido do Governo. Não devemos aceitar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse tipo de procedimento.

Confio na Justiça brasileira. Esse episódio que atinge Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, alguns, inclusive, Ministros do Supremo, a mais alta Corte de Justiça do País, não pode ficar da maneira que está. A apuração se faz necessária para a salvaguarda da própria democracia brasileira. O que se está fazendo, essa corrida acelerada para a desmoralização de instituições tem de ter um fim. Não se pode, de maneira nenhuma, silenciar frente a temas como esse.

Sr. Presidente, agradecendo a bondade de V. Ex^a, faço estes registros na certeza de que Freud explique alguma coisa. Por que tanta vontade de mexericar? Tem mexerico nessa coisa, senhores jornalistas! Como diria o Mão Santa, atentai bem! As apurações vão chegar à mexericagem. Os fatos estão aí. Vai aparecer financiador, vai aparecer tudo, Senador José Jorge. É só uma questão de tempo.

O lamentável disso tudo é ver um partido que pregou a moralidade e a virtude por vinte ou vinte e cinco anos agora estar metido num mar de lama, do qual faz questão de não querer sair.

Não se justifica a coincidência dos telefonemas entre o assessor de segurança do Presidente e o contratado para essa operação suja de Mato Grosso. Não se justifica que um homem que tem ligação direta com o Presidente da República, paralelamente, tenha uma empresa de segurança que faz bisbilhotagem, que faz serviços de proteção e de segurança a quem quer que seja.

Confio na Justiça do Brasil, mas confio mais ainda e de maneira firme, decidida, no povo brasileiro, que está assistindo a tudo atônito e sem saber se o homem sabia ou não sabia de tudo isso. A verdade, Sr. Presidente, com certeza virá à tona.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra ao ilustre Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na realidade, como eu já disse antes, num aparte ao Senador Heráclito Fortes, hoje deveríamos estar realizando nossa campanha pelo Brasil inteiro. Entretanto, resolvemos ficar aqui para dizer estas palavras em protesto a tudo o que aconteceu durante este fim de semana. Sempre esperamos que esses escândalos estivessem terminando, mas, na realidade, eles não estão terminando; aparentemente, estão começando. Não sabemos o que vai acontecer. A cada dia acontece um fato novo, a cada dia acontece uma coisa inusitada, que nunca aconteceu no Brasil.

Neste fim de semana, tivemos a notícia da compra de um dossiê contra adversários. Eu, por exemplo, não via acontecer isso há anos na política nacional. Estou na Casa há 24 anos e nunca vi acontecer algo desse tipo. Também nunca ouvi dizer que colocaram “grampo” no Tribunal Superior Eleitoral, o que está acontecendo agora. Por último, assistimos ao Presidente Lula dizer que seu grande desejo era fechar o Congresso, outro absurdo. Na realidade, são coisas que nos deixam até sem saber escolher sobre o que falar.

Na última sexta-feira, o experiente jornalista Villas-Bôas Corrêa escreveu, no **Jornal do Brasil**, um artigo denominado “O último escândalo”.

No texto, o ilustre articulista comenta que, faltando duas semanas para o primeiro turno das eleições, o escândalo das cartilhas superfaturadas que foram entregues ao Partido dos Trabalhadores pelo Palácio do Planalto tinha tudo para ser o último escândalo da Presidência de Lula.

Segundo Villas-Bôas, “o prazo curto e a dinâmica da reta de chegada devem ser suficientes para garantir à denúncia do Tribunal de Contas da União – em relatório aprovado por unanimidade, que destaca as suspeitas de superfaturamento e desvio de dinheiro público para a farra eleitoral na confecção de cinco milhões de revistas e encartes de propaganda do Governo e do candidato-Presidente, distribuídos pelo PT – a honrosa classificação de último escândalo da longa série, com dezenas de brilhantes concorrentes”. Isso foi o que o jornalista escreveu.

Na verdade, essas cartilhas são de propaganda eleitoral, feitas com dinheiro público. O pior é que, dos cinco milhões de cartilhas que foram pagas, apareceram somente três milhões. Então, há uma grande desconfiança e praticamente uma certeza de que dois milhões de cartilhas não foram elaboradas. Simplesmente não foram elaboradas, e o dinheiro deve ter saído para outro fim.

O Governo, depois de passar meses para responder, chegou à conclusão de que essas cartilhas teriam sido distribuídas pelo PT – encaminhadas ao PT para serem distribuídas. Os diretórios do PT, procurados pela mídia, disseram que não receberam essas cartilhas. Ninguém viu a distribuição dessas cartilhas pelo PT. Então, acho que, assim como ocorreu no caso do mensalão, eles devem ter um bom criminalista para escolher, Sr. Presidente, o menor crime. Na verdade, qual é o crime maior: pagar uma cartilha e não receber ou pagar a cartilha e entregá-la ao PT? Aparentemente, é pagar a cartilha e entregá-la ao PT. Então, eles escolheram esse crime. Na verdade, o que aparenta e o que parece correto é que eles pagaram e não receberam as cartilhas. Foi um superfaturamento, provavelmente para desviar dinheiro para outras finalidades.

Mas nem toda experiência acumulada pelo jornalista Villas-Bôas Corrêa, um dos mais antigos do País, foi suficiente para que a sua profecia se cumprisse. O jornalista errou, já que, naquele mesmo dia, a Polícia Federal desvendou um esquema – bem mais grave, aliás – de compra de dossiê falso que tentava envolver os candidatos Geraldo Alckmin e José Serra no escândalo dos sanguessugas.

Em ação desenvolvida nos Estados de São Paulo e Mato Grosso, a Polícia prendeu os envolvidos na negociação de material que pretendia vincular os candidatos opositores ao mar de lama que cerca o Governo Lula.

Pelo menos, dois dos presos – foram quatro, mas dois são do lado de Vedoim; esses dois não são do PT, mas os outros dois que estavam negociando têm claras ligações com o Partido dos Trabalhadores –, o advogado Gedimar Passos e o empresário Valdebran Padilha, estavam de posse, Sr^{as} e Srs Senadores, de R\$1,75 milhão, em real e dólares americanos. Quando houve aqueles dólares na cueca, eram pouco mais de US\$100 mil e mais alguns reais. A coisa está aumentando. Um milhão setecentos e cinquenta mil não cabem em cueca, isso é certo. Multiplicou-se o valor anterior por quinze ou por dez. Era esse o dinheiro, em *cash*, nas mãos dessas duas pessoas.

A primeira pergunta que se faz é: de onde veio esse dinheiro? Ora, esses caras não têm esse dinheiro. Um é um policial aposentado; o outro, um peque-

no empresário. De onde vem o dinheiro? Quem deu R\$1,75 milhão, em *cash*, para que essas duas pessoas comprassem esse dossiê falsificado, que depois revelou não ter nada?

Valdebran Carlos Padilha era ex-tesoureiro informal do PT em Mato Grosso, filiado ao PT. Além disso, no início do Governo Lula, ele foi indicado pela Direção Estadual do PT para ocupar um cargo na direção da Eletronorte no Brasil, mais precisamente diretor financeiro da Eletronorte. Imaginem: era macaco tomando conta de banana. Na realidade, foi indicado para ser diretor financeiro da Eletronorte e aparentemente não o conseguiu, por possuir uma série de processos que devem tê-lo impedido; mas que o PT o indicou, indicou.

Já o segundo, Gedimar Passos, é ex-agente da Polícia Federal, é policial federal aposentado, que atuava como advogado responsável por avaliar o material que compunha o falso dossiê que estava sendo adquirido pelo PT para ser usado contra as candidaturas de Alckmin e José Serra. Na verdade, ele entrou na história para avaliar o material, para ver se valia os tais dois milhões que haviam sido pedidos.

Uma coisa grave na investigação é que essa descoberta foi feita no final da semana passado, há três ou quatro dias, e não se tem ainda a foto dos dois, da prisão e do dinheiro. Ora, em todas as outras operações da Polícia Federal, sempre que a Polícia Federal chegava em algum lugar, tirava foto dos suspeitos, dos presos, dos envolvidos e do dinheiro. É evidente que a Polícia Federal nesse caso não está tendo a tal atuação republicana. Fazemos um apelo ao Diretor-Geral da Polícia Federal e ao Ministro Márcio Thomaz Bastos para que, como foi feito no Maranhão, se mostre a fotografia desse dinheiro. Nós queremos ver a fotografia do dinheiro e queremos ver a fotografia dos envolvidos, além dos seus depoimentos, porque estamos num processo eleitoral, e essa coisa é de extrema gravidade. As pessoas foram presas com R\$1,75 milhão, e os dois, o Vedoim e o seu sobrinho, foram presos em Cuiabá com o tal dossiê que eles iam levando, algumas fotos, filmes, etc.

Em depoimento à Polícia Federal, Gedimar, o ex-tesoureiro do PT, revelou que o mandante do crime seria “um homem chamado ‘Froude’ ou Freud”, que teria ligações com o PT. A ação seria realizada por determinação da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sou eu que estou dizendo isso. É algo tão grave que eu não teria coragem de dizer. Quem está dizendo isso é o Gedimar, que foi pego com o dinheiro na mão. Ele

está dizendo que foi a Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores que mandou comprar esse dossiê.

Segundo fontes da Polícia Federal, as pistas apontam para Freud Godoy, atual assessor do Gabinete da Presidência e ex-coordenador de segurança das quatro campanhas do Presidente Lula, uma espécie de fiel escudeiro de Lula desde a década de 80. Faz 26 anos que ele é assessor de Lula, inclusive, há fotos no jornal; ele fazia ginástica com o Presidente Lula e é uma pessoa ligadíssima ao Presidente.

Quando escrevi este discurso, nós ainda não sabíamos que ele era assessor da Secretaria Particular do Presidente Lula. A Rede Globo, pelo Jornal Hoje, às 13 horas, já veiculou uma entrevista em que ele confessou que conversou quatro vezes, nos últimos dias, com essas pessoas; confessou que era assessor – isso está na própria página da Internet do Governo – do Presidente Lula e disse também que ia solicitar a demissão do cargo. Isso já é público. Foi veiculado na Rede Globo de Televisão, no Jornal Hoje. Portanto, é uma pessoa ligadíssima ao Presidente Lula.

Inclusive, há algo diferente. Normalmente, em todos esses crimes praticados, os principais personagens eram ligados ao Presidente Lula via PT; era o PT que assumia a culpa. Dessa vez, não. Dessa, não é o PT; é o próprio Presidente Lula. Esse Sr. Freud – não merecia Freud ter um companheiro com essa qualificação – é funcionário do Palácio do Planalto, ocupa cargo em confiança, de assessoria direta do Presidente Lula.

No depoimento, os presos declararam – os dois estão em São Paulo – que “o dinheiro para adquirir o dossiê veio de um representante do PT de São Paulo”. É preciso identificar quem é esse. “Gedimar também descreveu os dois emissários do PT que teriam entregue o dinheiro destinado ao pagamento do dossiê”. Ele disse que não sabe os nomes das pessoas do PT, mas sabe descrevê-las, e vamos chegar à conclusão de quem eram essas pessoas.

A se confirmarem as suspeitas de que o Freud Godoy estaria envolvido nesse crime, não há como esquecer um fato lamentável da História brasileira que foi a participação de Gregório Fortunato, homem da estrita confiança de Getúlio Vargas, no atentado da Rua Toneleros, numa canhestra tentativa de calar a Oposição ao Governo. Esse Sr. Freud Godoy pode ser o Gregório Fortunato de hoje. Esperamos que o fim não seja tão trágico, como foi naquela época. Que seja apenas a perda de uma eleição que já era considerada por eles – não por nós, mas por eles – como ganha.

À semelhança de Fortunato, Freud Godoy é muito próximo de Lula e da cúpula do PT. Diz o jornal **O Estado de S.Paulo**:

Com a vitória de Lula, em janeiro de 2003, Freud foi nomeado para um cargo no gabinete do Presidente na função de assessor especial (essa é a função), em 12 de março de 2003. (Quer dizer, não demorou muito. O Presidente assumiu em 1º de janeiro, e ele foi nomeado em 12 de março.) Oficialmente, ele cuida da segurança da Primeira-Dama, Marisa Letícia, mas já foi visto cumprindo outras tarefas para o Planalto. No final de dezembro de 2002, ele acompanhava Lula em caminhadas na Granja do Torto, dias antes de sua posse. Uma das tarefas de segurança é o controle de manifestações em atos de que Lula participa. Freud consta da relação de 974 militantes do PT com cargos na Administração Federal que descontam contribuição em folha para o Partido. (Quer dizer, ele, além de ser do Governo, ainda paga ao PT.) No PT, é tido como discreto e com circulação direta não só junto a Lula, mas também com dirigentes partidários.

À semelhança de Freud, Gregório Fortunato era o chefe da guarda pessoal do Presidente Vargas e de sua família, e se prestava a “pequenos favores” extra-funcionais, como por exemplo, atacar os oposicionistas.

Depois da explosão do escândalo, alguns fatos ligados ao Sr. Freud Godoy têm vindo a público. Recebi, de uma fonte muito bem informada, algumas informações sobre esse senhor, que confirmam nossas piores suspeitas.

Quando esse assunto foi divulgado, tendo em vista que participávamos da CPI dos Bingos – tanto eu quanto o Senador Heráclito Fortes –, recebi uma série de telefonemas de Santo André. Naquela época, muita gente de Santo André nos ligava. Dessa vez, começou a ligar gente de Santo André, e eu perguntei: O que Santo André tem a ver com isso?

Na realidade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Sr. Freud Godoy é personagem também daquele episódio da morte do Prefeito de Santo André. E eu vou dizer o que ele era na época e qual é a ligação dele com Santo André.

Algumas informações que me foram passadas – é evidente que todas devem ser confirmadas – são as seguintes:

1. Freud Godoy era dono de uma empresa de vigilância em São Paulo na época da morte do Prefeito Celso Daniel. Ele era dono da empresa que fazia a segurança da Prefeitura de Santo André. Portanto, era ligado a todo aquele esquema. É amigo de Ronan Maria Pinto e de Sérgio Gomes, o “Sombra”. Dos três envolvidos, ele era amigo dos dois principais, o Sombra e o Ronan Maria Pinto, e sabe-se que Ronan Maria Pinto tem muitos

negócios em Mato Grosso. Esse pessoal da Planam também é de Mato Grosso.

2. Por causa de sua ligação com o Sombra, ele prestou depoimento à Polícia de Santo André – por conta do crime, ele foi um dos que falaram na Polícia –, no dia 17/04/2001. O Delegado Romeu Tuma Jr. tem conhecimento do fato, pois esteve à frente das investigações em determinado momento. Celso Daniel foi assassinado no Município em que Romeu Tuma Júnior era delegado.

3. Quando da acareação dos irmãos de Celso Daniel com Gilberto Carvalho, em 26/10/2005, João Francisco Daniel, que é o médico, teria feito referência a Freud. João Francisco o teria citado ao explicar o episódio relatado por Gilberto Carvalho sobre a entrega de dinheiro ao então Ministro José Dirceu. Gilberto Carvalho teria contado a João Francisco que iria a São Paulo acompanhado de um segurança de nome Freud ou Fred, pois Freud também é conhecido como Fred -como Freud é um nome muito complicado, chamam-no de Fred. Só não confirmei esse fato porque não tive tempo, mas pode ser confirmado nos Anais da Comissão. Segundo João Francisco Daniel, Gilberto Carvalho lhe contou que levava o dinheiro da propina de Santo André para entregar ao Ministro José Dirceu em São Paulo, de carro, um corcel, acompanhado de um segurança que era o Fred ou Freud.

4. Freud também teria prestado depoimento à Comissão Permanente da Câmara Municipal de Santo André. Nessa época, prestou declarações como contratado da Prefeitura.

5. Seu advogado, quando prestou depoimento no inquérito policial, foi o atual Deputado Federal pelo PT, Luiz Eduardo Greenhalgh, que, como se sabe, foi o advogado que também depôs na CPI dos Bingos. E foi ele que aceitou a versão da polícia de que o crime cometido contra Celso Daniel fora comum, embora hoje já esteja mais do que provado de que não foi.

6. Freud poderia também – é preciso comprovar isso – estar envolvido com o episódio do aluguel do helicóptero que tirou do presídio o bandido Dionísio Aquino Severo, que teria participado da morte de Celso Daniel. Meses depois, Dionísio foi recapturado e morto.

7. Freud foi segurança pessoal de Lula durante as quatro campanhas em que foi candidato à Presidência da República. É registra-

do no PT e coordenou, por indicação do então Presidente de Honra do PT, Lula, a segurança da Marcha dos Cem Mil, em 1999.

Em entrevista ao Jornal Hoje, da Rede Globo de Televisão, no início desta tarde, Freud Godoy, que é assessor especial da Secretaria Particular da Presidência da República... Também é interessante dizer o seguinte: quem é o chefe da Secretaria Particular da Presidência da República? Gilberto Carvalho. Na realidade, Gilberto Carvalho é quem o deve ter trazido, apesar da grande amizade dele com Lula – Gilberto Carvalho é um dos melhores amigos do Presidente Lula. Portanto, a ligação dele também deve servir a Gilberto Carvalho. E, de certa maneira, aumenta a possibilidade de ele ter sido o segurança que levava o dinheiro para São Paulo.

Freud Godoy confirmou, na televisão, que conversou com os criminosos quatro vezes; que a empresa de segurança de sua mulher presta serviço à campanha eleitoral do PT – a empresa de segurança da mulher é dele, vamos dizer assim; como ele é funcionário público, a empresa deve estar no nome da mulher – e, para surpresa geral, confirmou que recebeu uma ligação telefônica do Presidente Lula no dia de hoje. Ele já disse na televisão que Lula ligou para ele e que ele disse ao Presidente Lula que dormisse tranqüilo, mas, na realidade, ninguém sabe como o Presidente vai dormir hoje.

Com tanta proximidade com o Presidente, não há como negar que, mais do que ao Partido dos Trabalhadores, era ao Presidente da República e para o Presidente que os serviços escusos foram prestados e com o claro objetivo de tentar atingir a candidatura de José Serra e de Geraldo Alckmin, que, a cada dia, aproxima-se da viabilização do segundo turno, o que o Presidente Lula não deseja. Como todos sabemos, Lula e o Governo petista não têm qualquer apreço à democracia e às liberdades democráticas.

E, para não deixar dúvidas sobre essa versão, o jornalista Élio Gaspari – um dos mais respeitados do Brasil, um jornalista que escreve livros importantíssimos, foi editor da revista **Veja** e de muitos jornais importantes, hoje escreve uma coluna que é publicada em dois Jornais, **Folha de S.Paulo** e **O Globo** – divulgou uma nota em sua coluna de domingo, que peço seja transcrita, cujo título é “Demônio Golpista”:

Durante jantar plutocrata a que Lula compareceu na quinta-feira, o empresário Eugênio Staub perguntou-lhe como pretendia fazer, durante um segundo mandato, as reformas que julga necessárias. Nosso Guia (ele o chama assim) respondeu: “Staub, não acorde o

demônio que tem em mim, porque a vontade que dá é de fechar esse Congresso e fazer o que é preciso.”

Segundo Lula, o próximo Congresso será pior do que “esse que está aí”, pois virá com Paulo Maluf e Clodovil.

Expressando-se na sua linguagem franca, deixou mal a mãe de pelo menos vinte notáveis nacionais.

A proposta golpista do demônio que Lula carrega consigo foi contestada por inúmeros convidados que a ouviram.

Lula vê outro empecilho para o êxito do seu projeto: a imprensa.

Nos últimos 50 anos, o Coisa-Ruim rondou três Presidentes: Jânio Quadros, João Goulart e Costa e Silva. Nenhum deles concluiu o mandato. (Castello Branco e Ernesto Geisel fecharam o Congresso por poucas semanas.)

Seja o que Deus quiser.

Portanto, é uma nota gravíssima, escrita por um jornalista de grande responsabilidade e de grande prestígio no País.

O Palácio do Planalto desmentiu, com a seguinte nota:

Diante de notícias publicadas nos jornais de hoje, relativas a postura do Presidente da República frente ao Congresso Nacional, cabe afirmar:

Primeiro, é falso que o Presidente tenha, em qualquer momento, feito afirmação que pudesse ser entendida como ameaça ou hipótese de restrição ao livre, pleno e soberano funcionamento do Congresso Nacional;

Segundo, a história de luta e compromisso do Presidente Lula com a democracia e, conseqüentemente, com a soberania e a independência dos Poderes que constituem o regime democrático é amplamente conhecida do povo brasileiro. (Eu não considero tanto.)

Ao longo de 44 meses de mandato, o Presidente não só demonstrou absoluto respeito pela liberdade e soberania do Congresso, como fez questão de prestigiá-lo e valorizá-lo com repetidos gestos de apreço. (...)

O que o Presidente fez em relação ao Congresso, diferentemente dos outros Presidentes, foi a criação do mensalão. Se há uma coisa que nenhum outro Presidente fez, que se tornasse do conhecimento público, foi exatamente adotar a política de comprar votos dos partidos pequenos para aprovar os projetos dele.

Se comprar voto de Deputado através do mensalão é apreço, essa frase é correta. Não me parece que o Presidente demonstrou, durante o seu mandato, nenhum apreço pelo Congresso, pois, em nenhum momento, recebia Parlamentares ou tinha diálogo com a Oposição. Era um Presidente isolado do Congresso.

Por último, continua a nota do Palácio do Planalto:

Só o contexto eleitoral, com reiteradas tentativas de causar confusão e dificuldades para a expressão informada da vontade popular, explica a divulgação de pseudonotícias como as que apareceram hoje.

Temos agora que investigar, identificar os outros empresários que estavam lá e conversar com eles, para que possamos saber se isso foi dito ou não. Se foi dito, vai ser confirmado, porque, se havia dez, doze pessoas lá, basta que um confirme, basta que um diga: “Eu ouvi”. Alguns podem querer esconder, mas, se um disser que ouviu, esse assunto poderá ser levado ao Conselho da República, a quem cabe exatamente defender o País de tentativas golpistas como essa que o Presidente Lula...

Estou aqui com um artigo, mas não o estou achando. Mas cabe, evidentemente, ao Conselho da República investigar. Esse também é um assunto gravíssimo que surgiu hoje.

Continuando, Lula não tem qualquer apreço pelo Congresso Nacional, onde teve apagada participação como Deputado na Assembléia Nacional Constituinte. O esquema do mensalão, montado pelo seu Governo, é um exemplo dessa repulsa a um dos Poderes da República.

Ao concluir, peço a transcrição do artigo de Villas-Bôas Corrêa, publicado no **Jornal do Brasil** do dia 15. Peço também o acompanhamento da candidatura do Presidente Lula por parte do Ministério Público Eleitoral Federal, com vistas a se apurar mais esse escândalo envolvendo Lula e seu Partido.

Gostaria também de dizer que agora, às três horas, o Presidente Jorge Bornhausen, do PFL, e o Presidente Tasso Jereissati, do PSDB, estão levando a questão do Vedoin, principalmente, e a da compra do material para que o Tribunal Superior Eleitoral investigue. Também é necessário que o Tribunal Superior Eleitoral coloque um ministro, um juiz para acompanhar o que está acontecendo na Polícia Federal, órgão do Executivo. Quem manda na Polícia Federal é o Ministro da Justiça. É necessário que essa investigação seja aberta, para que a sociedade possa confiar... Onde está a foto do dinheiro? Isso é que a sociedade quer ver, porque já se passam três dias.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Jorge, acompanho, com muita atenção, o seu pronunciamento. V. Ex^a foi à nostalgia quando trouxe Gregório Fortunato como referência aos acontecimentos do Governo Lula. Gregório Fortunato foi o anti-herói da era do rádio. O PT está cheio de heróis da época da Internet. A cada momento, surge um novo fato, e, a cada novo fato, há sempre um hóspede do Palácio do Planalto envolvido. O Sr. Freud Godoy não foge à regra. Senador José Jorge, não sei se V. Ex^a teve a oportunidade de assistir à entrevista que ele deu ao Jornal Hoje e a outros órgãos de imprensa.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Assisti, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – A intimidade dele com o Presidente da República!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Completa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ele não ligou para o Presidente da República. O Presidente da República ligou para ele. Aí já se vê a relação entre autoridades nesse Governo: uma verdadeira quebra de hierarquia. Aliás, o Presidente, depois que se deixou fotografar naquela posição esquisita com o Presidente Evo Morales, após o primeiro episódio com a Petrobras, perde qualquer sentido de autoridade para exigir respeito de quem quer que seja. Lamento que o Presidente da República se dirija à ONU amanhã. De lá ele terá a oportunidade de se dirigir ao mundo sem ter autoridade para dizer que tem a administração do País sob seu controle, porque quem controla o Governo não permite a promiscuidade com que seus assessores agem no Palácio. O que os assessores podem pensar? “O Presidente Lula é gente boa; não vai fazer nada comigo. Viram o que ele fez com o rapaz do dólar na cueca e com todos aqueles condenados num passado recente, cujos atos foram motivo de apuração?” Os que renunciaram estão de braços dados com Lula nos palanques do Brasil. Ora, o crime passou a compensar. O que pensa o cidadão que presta um serviço que sabe ser sujo? “O Presidente não vai me deixar sozinho. Vou ter sua proteção. O Presidente Lula é gente boa. Ele vai ficar do meu lado”. Está sendo assim. Ele não está defendendo, nos palanques da Paraíba, do Pará, por onde anda, os sanguessugas e os mensaleiros? Vai fazer o mesmo com os próximos. É exatamente isso que motiva e induz a prática de atos dessa natureza. “O chefe me absolverá e, absolvendo-me e estando ao meu lado, continuarei tendo forças.” Talvez a Itália tenha mais histórias de comportamento dessa natureza que o Brasil. Mas estamos iniciando a prática. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, vou encerrar, solicitando ao Tribunal Superior Eleitoral que tome as providências devidas para apurar esse grave caso de interferência da Presidência da República no processo eleitoral.

Em segundo lugar, peço ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Delegado Lacerda, que divulguem a foto do dinheiro apreendido com esses corruptores ou corruptos e que convoquem o Sr. Freud Godoy ou prendam-no imediatamente.

Senador Heráclito Fortes, não sei por que não se prendem essas pessoas do PT. Delúbio nunca foi preso. Os que não são do PT a polícia algeia e prende na hora. O Sr. Freud Godoy tem de ser preso com os outros. Com um depoimento dele, é mais fácil de se acreditar.

Por último, espero que, desta vez, não haja a desculpa de sempre do Presidente da República, de que ele não sabia. O Presidente vai dizer que não sabia porque é isso o que ele diz toda vez. No entanto, esse estava dentro da casa dele, era o segurança da esposa dele, a pessoa que andava com ele todos os dias de manhã para fazer ginástica e trabalha com ele há mais de vinte anos. A sociedade não aceitará mais “eu não sabia”.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu queria apenas lembrar, Senador José Jorge, que o que a Nação quer ver é a foto com o dinheiro. Aquelas fotos do Sr. Serra, do Sr. Alckmin não funcionam mais, até porque o Senado deve ter cópias nos Anais porque a Líder do PT, há cerca de vinte dias, mostrou.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ela trouxe essas fotos.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Essas fotos foram mostradas, eu me lembro bem, e a imprensa me chamou a atenção para isso. Ato seguinte, eu recebi uma fotografia do próprio Presidente da República em lançamento de ambulância com o mesmo pessoal, o que não o compromete em si. As fotos já andavam por aí nos *sites*, mas nós queremos ver é a foto do dinheiro.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É. Do dinheiro.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Do dinheiro, que foi tirada e está escondida. Tem até o refrão de uma música popular que diz: “Onde está o dinheiro? O dinheiro sumiu”. Está na hora de se mostrar isso. Quatro nós atrás, o PT forçou que, numa operação diferente dessa, porque o recurso tinha origem, fosse mostrado. É preciso que o fato se repita.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É, Senador Heráclito, tem que ter a foto do dinheiro e temos que saber de onde veio esse dinheiro.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pau que dá em Chico dá em Francisco.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, ninguém sabe de onde veio o dinheiro. É R\$1,75 milhão, em *cash*. É muito dinheiro para a pessoa ter em mão. Deve ser um esquema...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – E o mais grave é que tem dólar também.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Tem dólar também. Um milhão setecentos e cinquenta reais em moeda brasileira e em dólares. Portanto, não é qualquer pessoa...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Será que é aquele dinheiro de Cuba que está começando a aparecer?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Aquele era menos, Senador. Aquele eram só três caixas de Johnnie Walker cheias de dinheiro. Não dá isso tudo, não.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu não sei o que cabe em três caixas de Johnnie Walker cheias de dólares...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pode ser que caiba mesmo. Na realidade, aquele dinheiro de Cuba é outra coisa inexplicada.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Como também aquela denúncia feita pela então mulher do Deputado Costa Neto sobre o dinheiro que veio de Taiwan, que ninguém apurou. Os fatos estão aí aos borbotões. Na verdade, repito: o PT jogou um cesto de pedras para cima e não está conseguindo sair de baixo. Elas estão caindo todas sobre a cabeça. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRO-NUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

O último escândalo

Villas-Bôas Corrêa,
repórter político do
JB

MAIS ESTE FIM DE SEMANA e estaremos a dois domingos da fila para digitar os votos no primeiro turno das eleições. Não é uma longa espera para tão murchas expectativas, com as pesquisas anunciando com grande antecedência a reeleição do candidato-presidente, com a ressalva de improvávelíssima catástrofe.

O prazo curto e a dinâmica da reta de chegada devem ser suficientes para garantir à denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU) – em relatório aprovado, por unanimidade, que destaca as suspeitas de superfaturamento e desvio de dinheiro público para a farra eleitoral na confecção de cinco milhões de revistas e encartes de propaganda do governo e do candidato-presidente, distribuídos pelo PT – a honrosa classificação de último escândalo da longa série, com dezenas de brilhantes concorrentes.

São frutos sazonais para serem colhidos no tempo certo. Tal como a marola oposicionista do impeachment do presidente Lula. Passou da hora, a fruta caiu de podre. Outra, só no bis do mandato.

As cautelas óbvias do bom senso não impedem que se reconheça que o último escândalo do ano é de bom tamanho, nada fica a dever ao do mensalão, do caixa 2, da compra de ambulâncias superfaturadas da Operação Sangue e Siga e tantos outros da safra generosa de assaltos aos cofres da viúva.

Entre as suas virtudes não é desprezível a da desmoralização da sovada e cínica alegação

de oportunismo eleitoral, que é imediatamente colada a toda tramóia que vem à tona nas proximidades das urnas. E tanto serve para os dribles na ética do governo como da oposição. O que sugere a urgência para a definição de um período de carência, de dias ou meses, durante o qual seja proibido aos partidos e à imprensa, denunciar irregularidades no uso dos recursos públicos, mesmo com provas e documentos.

Enquanto a mordida não é oficializada, vamos continuar a usufruir a contestada liberdade de imprensa. Para, no embalo, reconhecer que o caso das cartilhas é respeitável pelas suas características de trampolinagem envolvendo parceiros de alto coturno. Seu enredo, traçado por linhas curvas, começa engatado no escândalo do mensalão, que é quando pipocam as primeiras denúncias de suspeitas maroteiras com as verbas de publicidade administradas pela Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência. Desde o princípio, respingou no governo, castigando o ministro Luiz Gushiken, punido com a perda do cargo, sobrando para a Secom o rebaixamento do status de ministério. Frivolidades burocráticas.

Daí em diante, os passos no calvário com a confirmação das suspeitas, a pilha de provas e o desmonte das explicações oficiais. A Secom, em sua defesa prévia, tentou escapular pela porta dos fundos, alegando que as cartilhas foram distribuídas gratuitamente pelo PT para poupar o governo de uma despesa inútil.

A prestimosidade espontânea do PT não comoveu o TCU. O relator, ministro Ubiratan Aguiar, pegou o pão na unha e investigou as contas e contratos da Secom, comprovando os desvios de dinheiro para a escancarada propaganda eleitoral do partido, ora pendurado no quintal do governo. Crise no PT com o espremeio dos implicados na negociata, que desemboca na aprovação unânime do relatório do ministro Aguiar.

A encrência espreme o ex-ministro Gushiken, que tem o prazo de 15 dias para apresentar a defesa prévia ou devolver ao erário público R\$ 11,6 milhões, que é de quanto o TCU calcula o prejuízo.

E sobram piparotes para o esquecido marqueteiro Duda Mendonça, que brilhou na campanha da eleição de Lula, e para a Matisse Comunicação e Marketing, ambos no rol de responsáveis pelas irregularidades.

Todos – Gushiken, Duda Mendonça, a Secom e demais atores da novela – de mão no peito, negam qualquer responsabilidade no caso das cartilhas.

Claro que a pedra rolada para tapar o buraco do escândalo deverá resistir aos frouxos empurrões da oposição. Como manda o figurino, o fio de esperança no milagre de uma subida do candidato Geraldo Alckmin nas pesquisas, levando a decisão para o segundo turno, sustará as ameaças de impeachment de Lula até a contagem dos votos.

Daí para frente não dá para enxergar um palmo adiante do nariz.

Demônio golpista

• Durante jantar de plutocratas a que Lula compareceu na quinta-feira, o empresário Eugenio Staub perguntou-lhe como pretendia fazer, durante um segundo mandato, as reformas que julga necessárias. Nosso Guia respondeu:

“Staub, não acorde o demônio que tem em mim, porque a vontade que dá é de fechar esse Congresso e fazer o que é preciso”.

Segundo Lula, o próximo Congresso será pior do que “esse que está aí”, pois virá com Paulo Maluf e Clodovil.

Expressando-se na sua língua franca, deixou mal a mãe de pelo menos 20 notáveis nacionais.

A proposta golpista do demônio que Lula carrega consigo foi contestada por inúmeros convidados que a ouviram.

Lula vê outro empecilho para o êxito do seu projeto: a imprensa.

Nos últimos 50 anos, o Coisa-Ruim rondou três presidentes: Jânio Quadros, João Goulart e Costa e Silva. Nenhum deles concluiu o mandato. (Castello Branco e Ernesto Geisel fecharam o Congresso por poucas semanas.)

Seja o que Deus quiser.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

V. Ex^a, Senador, dispõe de cinco minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro amigo Senador Heráclito Fortes, que ora preside esta sessão. Como V. Ex^a e como o Senador José Jorge, eu também estou envolvido com as nossas campanhas regionais e nacionais, mas me permiti um momento em Brasília para tratar de assuntos que não podem deixar de ter solução. Trago da minha terra querida, o Acre, a notícia de que lá a eleição majoritária para o Governo do Estado terá segundo turno. Estou aqui afirmando algo que colho do sentimento do povo acreano, do sentimento popular da minha terra.

Os acreanos, Senador Heráclito, valorizam sobremaneira um dos pilares fundamentais da democracia que é a alternância no poder. Os acreanos dão muito valor a isso. Os acreanos, de tempos em tempos, oferecem a grupos políticos que se sucedem ou se alternam a oportunidade de se apresentarem, de gerirem os interesses públicos no meu Estado. Essa hora mais uma vez chegou no Estado do Acre.

A imprensa brasileira pode estar atenta a isto: em que pese as informações de que a eleição já está resolvida no meu Estado, haverá, no Acre, segundo turno. Nós estamos envolvidos na campanha do ex-Deputado Federal Márcio Bittar, candidato muito bem considerado pela população acreana, com chances fantásticas de vir a ser o futuro Governador do Estado.

Falando em alternância de poder, fiquei quando nada inquieto, preocupado, quando, dias atrás, assistindo ao programa eleitoral, ouvi, com preocupação, o candidato ora Presidente da República, Lula da Silva, pregar à população brasileira o medo, ao dizer que aqueles que concorrem com ele ao cargo de Presidente da República irão destruir tudo o que ele eventualmente tenha feito ou construído no País nos últimos anos. Como brasileiro, fico estarecido com afirmação desse jaez. O debate político é salutar; a introdução de questões relativas ao sucesso das administrações, o confronto, a comparação, acho isso

tudo muito salutar. É próprio da democracia que os grupos políticos que se alternam no poder se mostrem mais competentes do que aqueles que sucedem. Isso é normal, é do embate político. Entretanto, uma afirmativa desta natureza, de que “eles vão destruir tudo o que fizemos”, beira ao terrorismo político. O Brasil já tem maturidade política para não admitir esse tipo de coisa. Contra isso eu me insurjo, Senador Heráclito Fortes, e em relação a isso fico estarecido. Tenho medo desse tipo de declaração.

Esta afirmação atribuída ao Presidente da República de que o seu desejo mais profundo e secreto seria fechar o Congresso Nacional, em cotejo com a afirmação, em horário eleitoral, de que “eles vão destruir tudo o que nós construímos” me deixa extremamente preocupado. Acho que o caminho não é esse.

A alternância no poder é um dos pilares mais importantes da democracia. Não fosse isso, seria melhor decretarmos logo o fim do processo eleitoral e a permanência, a continuidade de um governante. Então, para que eleição, Senador Heráclito, se, como disse o candidato e atual Presidente da República, “eles vão destruir tudo o que nós fizemos?” É uma afirmação que o povo brasileiro não merece ouvir, porque está atento ao que acontece neste País. O povo não merece ouvir isso. O povo acreano e o povo brasileiro não merecem esse tipo de preocupação vinda de seus principais dirigentes.

Afora esse problema, Senador Heráclito, o que me traz hoje à tribuna do Senado é o desejo de falar um pouco sobre o II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, realizado inclusive aqui em Brasília desde o dia 14 até ontem, quando se encerrou.

Os debates do evento ocorreram paralelamente ao I Encontro Sul-Americano de Culturas Populares. Sob a coordenação do Ministério da Cultura, contou com a presença dos Poderes Públicos, pesquisadores, intelectuais e, principalmente, de mestres de culturas populares de todos os Estados brasileiros e vários países sul-americanos. Foi precedido de seminários estaduais preparatórios.

Na mesa de encerramento do evento, para minha alegria, uma representante dos mestres populares do meu Estado, o Acre, leu um manifesto nacional dos cerca de 500 mestres populares presentes ao evento. A ilustre acreana exigiu do Ministério da Cultura participação do setor de cultura popular no processo

de elaboração de pauta e planejamento das etapas do seminário.

Vejam V. Ex^{as}: os mestres da cultura popular, em evento de âmbito nacional, a primeira reivindicação que fazem é a de participar da elaboração da programação do evento do qual eles, supostamente, foram excluídos.

Consideraram-se à margem do processo mais reflexivo e de definição dos objetivos e de definição dos resultados do seminário. Sua proposta não foi aprovada, mas aclamada pela plenária do seminário. O representante do Ministério na mesa, o ator Sérgio Mambert, que é Secretário Nacional de Identidade e de Diversidade Cultural do MinC, assegurou que a próxima edição do evento respeitará esse critério proposto na plenária.

Isso ocorre da forma mais natural possível. É preciso que alguém autorize a manifestação da cultura popular, é preciso que ela seja oficializada para que se expresse no seu esplendor, na sua beleza, na sua inteireza. Aliás, vou contar uma historinha que já contei da tribuna do Senado, Senador Heráclito, para ilustrar exatamente o conceito, o lugar da cultura popular, da manifestação da cultura popular neste País.

Certa feita, eu estava visitando uma zona rural no meu Estado, no Município de Capixaba, e cheguei a um assentamento já beirando a mata, com sol quente, à 1:30h da tarde. Com sede, cheguei na casa daquele que passei a conhecer como Ferreirinha. Depois, tive conhecimento com ele e me tornei amigo. Sentei no lastrozinho da casa dele, os meninos estavam no quintal, brincando, e eu disse: Ô! Chamem teu pai que eu quero conversar com ele. Um deles correu e, muito tempo depois, chegou o Ferreirinha, esbaforido, cansado, suado. Falei: rapaz, tu demoraste muito a chegar – ele me conhecia. Então, respondeu: “Senador, eu demorei porque o assentamento que o Incra abriu para a gente é muito profundo. O lote é muito profundo e muito estreito e, às vezes, a gente tem que botar o roçado lá atrás, e isso causa uma complicação danada”. Aí ele vira e, na sua pureza e na sua inocência, diz: “Senador, se o Incra tivesse consultado a gente, teríamos recomendado que fizesse o lote mais raso e mais largo, porque isso seria bom para todo mundo”.

É esse o tratamento em regra, Senador Heráclito, dado ao conhecimento popular, à cultura popular do nosso País. Ela não é, na maior parte das vezes, valorizada, integrada ao processo de formulação, ao

processo de criação, que diz respeito ao próprio desenvolvimento nacional.

No mesmo espírito de apresentação de pauta reivindicatória aos Poderes Públicos, representantes indígenas também leram um Manifesto dos Povos Indígenas, com uma pauta específica ao tema e à opressão holística aos seus povos.

Um terceiro documento trata de temas importantes: educação, cultura e desenvolvimento. Apresentada pelos movimentos de culturas populares do Rio de Janeiro, também foi aclamada pelo plenário e endereçada, segundo a própria Carta, “aos representantes do Poder Público e do Ministério da Cultura”. O teor do documento exige a consideração da cultura como centro das ações de políticas públicas do Estado brasileiro e como eixo ordenador do desenvolvimento nacional.

Assim, propõe a criação de uma diretriz nacional, que seria a incorporação da cultura popular nos processos educativos formais e informais, vinculando cultura e educação, inserindo a disciplina nos currículos escolares e valorizando, assim, a cultura popular local ou regional.

Segundo o documento aprovado, devem ser criados mecanismos legais e constitucionais para a criação de cursos de licenciatura em cultura popular e folclore, para a formação de professores nos centros federais de educação tecnológica, universidades públicas federais, estaduais, municipais e escolas de uma maneira em geral. É uma proposta formulada pelo coletivo dos movimentos populares de cultura de todo o Brasil.

A valorização da cultura popular tem sido uma preocupação constante na minha atuação parlamentar. Recentemente, conjugando cultura, educação e desenvolvimento, propus a instituição do Agente Comunitário Rural; ou seja, por meio de uma emenda constitucional, eu propus que jovens residentes em uma área rural por um determinado período, que têm o saber nato em convívio, em contato com a sua família, com a própria comunidade, possam ser selecionados por um processo seletivo público, capacitados e treinados mais ainda, para prestarem serviços à própria comunidade supletivamente, pela ação dos órgãos de assistência técnica que prestam serviços em todo o País.

É a valorização da cultura popular, do conhecimento popular que, burilado por uma preparação melhor, pode permitir que milhares e milhares de jo-

vens deste País, residentes na zona rural, tenham a perspectiva de uma atividade interessante de renda e de futuro em suas vidas.

Propus, também, a instalação de uma escola técnica de construção naval no Município de Cruzeiro do Sul, no meu Estado. Por que isso? Porque naquela região do Juruá, em Cruzeiro do Sul particularmente, há uma tradição, uma cultura de construção de embarcações, que, aliás, está se evaporando. É o conhecimento não-formal, transmitido de geração a geração, que está desaparecendo da nossa região. Seria fundamental que essa cultura popular fosse revitalizada, assumida pelo Poder Público, e tivesse a sua participação dentro de uma escola técnica de construção naval, para fazer com que a formação de centenas de milhares de jovens seja um mecanismo de fomento do próprio desenvolvimento acreano e regional, da própria região amazônica. Podemos nos constituir num pólo fabricante de embarcações não só para as nossas próprias necessidades no Acre, como também para a região amazônica, espalhando-se por toda aquela região tão bonita, da qual fazem parte outros países vizinhos.

Ambas as proposições valorizam e resgatam a cultura popular praticada num caso e no outro, que, aliás, tende a desaparecer se não for revigorada e reaproveitada.

É necessário que o Senado Federal dialogue com o Movimento de Culturas Populares do Brasil. Pretendo, inclusive, apresentar proposição criando Cursos de Licenciatura em Cultura Popular e Folclore, para a formação de professores nos centros federais de educação tecnológica, universidades públicas federais, estaduais, municipais e escolas de uma maneira geral, como quer e propõe o próprio Movimento de Culturas Populares do Brasil.

Espero, com isso, abrir mais uma porta para que esse diálogo necessário se estabeleça e o debate de tema tão importante possa gerar frutos que permitam o resgate e a valorização da cultura popular brasileira e do nosso rico folclore. Espero, igualmente, jogar luz no conjunto do arcabouço cultural amazônico e

fazê-lo um tema permanente de diálogo e proposições nesta Casa.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Marcos Guerra, Juvêncio da Fonseca e Sérgio Guerra enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “No programa, ‘novo modelo’ para ‘democratizar’ mídia”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 30 de agosto do corrente.

A matéria destaca que, animado com as pesquisas que apontam uma vitória ainda no primeiro turno, o Presidente Lula incluiu no seu programa de governo para um segundo mandato a meta de criar políticas para “democratizar” os meios de comunicação.

O texto destaca ainda que o governo pretendia omitir essa informação durante a apresentação do plano de governo para evitar um desgaste com os meios de comunicação a um mês das eleições.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

No programa, 'novo modelo' para 'democratizar' mídia

Texto afirma que num novo mandato Lula "incentivará a criação de sistema democrático de comunicação"

O programa do governo Lula para um segundo mandato incluiu a meta de criar políticas para "democratizar" os meios de comunicação. Afirma explicitamente que será construído "um novo modelo institucional para as comunicações, com caráter democratizante".

Segundo fontes do PT consultadas pelo **Estado**, para evitar desgaste com os meios de comunicação a um mês das eleições, o partido tinha a intenção de omitir do programa de governo a parte em que alguns grupos de trabalho haviam proposto a possibilidade de enquadrar as empresas do setor, para "democratizá-las". A idéia era atribuída a um dos 32 grupos internos montados para fazer o programa, mas com tendência a ser descartada na redação final.

O texto anunciado e distribuído ontem pelo próprio presidente diz que o governo, em um segundo mandato, vai "incentivar a criação de sistema democrático de comunicação, favorecendo a democratização da produção, da circulação e do acesso aos conteúdos pela população". Diz, também, que o gover-

Presidente pode não ter Bastos e Gil num 2º mandato

... Os ministros da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, e da Cultura, Gilberto Gil, podem não participar de um eventual segundo mandato do presidente Lula. "Esse é o último ano que venho como ministro da Justiça abrir esse seminário", disse Bastos, no 12.º Seminário Internacional de Defesa no Inquérito Policial, em São Paulo. "Gosto muito do ministério, mas quatro anos é bastante. O Brasil tem uma safra de advogados e juristas brilhantes." Gil foi misterioso. "Já deixei no ar tantas coisas a respeito de poder ficar e não poder ficar. Está tudo no ar." ●

FLÁVIO LEONEL e JOTABÊ MEDEIROS

no deve "fortalecer a radiodifusão pública e comunitária, a inclusão digital, as produções regional e independente e a competição no setor".

Apesar de o documento tratar o assunto de maneira superficial, do ponto de vista técnico,

mas com jeito politicamente incisivo, os textos originais dos grupos de estudos são mais explícitos sobre as intenções do governo e chegam a afirmar que é preciso alterar a legislação para assegurar mais equilíbrio na cobertura dos meios eletrônicos, incentivos econômicos à criação de jornais e revistas independentes e conselhos populares com poder para decidir sobre atuais e futuras concessões.

Setores do PT trabalham nesse tipo de política porque o partido já discutiu mais de uma vez a necessidade de construir uma cadeia de jornais regionais que apóie as "idéias populares" do governo. Há dois anos, a Casa Civil e a Secretaria de Comunicação Institucional chegaram a tratar de apoio publicitário a jornais de periferia afinados com o Planalto.

O documento original do PT, que ajudou a incluir no programa a idéia da "democratização" da mídia, fala claramente em criar um "sistema democrático de rádio e TV". ●

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Volks demite; trabalhadores iniciam greve”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** de 30 de agosto de 2006.

A matéria destaca que um dia após governo suspender financiamento, a montadora da Volks iniciou distribuição de cartas de demissão a 1.800 empregados. Em razão disso, a paralisação no ABC é por tempo indeterminado e o sindicato quer ampliar movimento para outras categorias.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Volks demite; trabalhadores iniciam greve

Um dia após governo suspender financiamento, montadora iniciou distribuição de cartas de demissão a 1.800 empre-

Paralisação no ABC é por tempo indeterminado, afirma sindicato, que quer ampliar movimento para outras categorias

CLAUDIA ROLE
DA REPORTAGEM LOCAL

Um dia após o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) suspender em préstimo de R\$ 497,1 milhões para a Volkswagen, a montadora distribuiu cartas de demissão a 1.800 trabalhadores de São Bernardo do Campo (ABC paulista) e deu início à reestruturação anunciada em maio.

Por reação, os funcionários decretaram greve por tempo indeterminado. A decisão de paralisar as atividades foi aprovada por unanimidade em assembleia realizada ontem à tarde com 10 mil empregados.

A greve começou às 16h30 com cerca 4.000 funcionários do segundo turno. Eles entraram na fábrica após a assembleia e deveriam permanecer com braços cruzados, segundo orientação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (filial da CUT) aprovada na assembleia.

A paralisação deve se estender hoje aos 12,4 mil funcionários da unidade de São Bernardo. A cada dia de paralisação, uma média de 940 veículos deixa de ser produzida na fábrica, onde também são feitos câmbio e motores para carros de outras unidades – Taubaté (SP) e São José dos Pinhais (PR).

Nos comunicados entregues pela montadora desde a manhã de ontem, a Volkswagen informou que os funcionários serão desligados a partir de novembro, mês em que termina o acordo de estabilidade no ABC.

“Esta empresa o está demitindo a partir de 21 de novembro com pagamento de verbas indenizatórias previstas na lei”, informava a carta entregue a empregados de vários setores.

Não estão previstos incentivos adicionais aos demitidos, como os negociados em Taubaté, onde a montadora fez acordo em julho para cortar 700 vagas nos próximos dois anos.

“A empresa foi inflexível. Deveria ter no mínimo respeito aos trabalhadores pela dedicação e pelo lucro que já renderam à fábrica”, disse José Lopez Feijóo, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Investimentos

Em maio, a Volks informou que planejava demitir 3.600 trabalhadores do ABC em um prazo de dois anos para reduzir custos e incluir a fábrica no plano de novos investimentos que será definido pela matriz alemã no início de setembro.

Na semana passada, entretanto, a montadora avisou aos sindicalistas que, sem acordo, as demissões poderiam chegar a 6.100, e a fábrica poderia ser fechada. Desde a última quarta, empresa e sindicato se reuniram durante 33 horas. No domingo, houve a última reunião, que acabou sem consenso.

“Este é um dia histórico para os trabalhadores da Volkswagen. O entendimento que será feito aqui não é com uma empresa qualquer, mas sim com uma das maiores multinacionais do planeta. Sabemos que essa será uma luta longa”, afirmou Carlos Alberto Graia, presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT – a entidade reúne 900 mil metalúrgicos no país.

A partir de hoje, a confederação e a CUT devem mobilizar os trabalhadores de outras categorias e de outras unidades da Volkswagen, em reação aos comunicados de demissão.

“A ideia é envolver metalúrgicos de outras regiões do país, bancários, químicos e funcio-

nários do setor público em manifestações e protestos em solidariedade aos trabalhadores da Volks”, disse Artur Henrique da Silva Santos, presidente da CUT e ligado aos eletricitários.

Para o deputado federal Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, que já presidiu o sindicato da categoria na região do ABC, a atitude da VW foi “agressiva”. “A forma como a Volkswagen demite seus trabalhadores remonta a atitudes que ocorriam nos anos 80”.

O ministro Luiz Marinho (Trabalho), que se reuniu ontem com representantes da montadora, não quis comentar as demissões anunciadas.

Montadora diz que demitirá mais funcionários até 2008

DA REPORTAGEM LOCAL

Após distribuir cartas de demissão a 1.800 empregados do APC, a Volkswagen realinou ontem que vai dispensar, até 2008, mais 1.800 funcionários na tentativa de evitar o fechamento da fábrica.

A VW informou que está “disposta a negociar a qualquer momento”, mas que precisa engajar custos para tornar a unidade mais competitiva. A fábrica é considerada obsoleta e de baixa produtividade.

Sem negociação a reestrutura-

ção, a montadora voltou a afirmar que, além dessas 3.600 dispensas, serão feitos 2.500 cortes. Isso porque estima que a produção, sem novos investimentos, passará de 940 veículos por dia para 300.

A empresa informou ainda que a escolha dos 1.800 “selecionados” para deixar a fábrica em novembro foi feita com base em critérios de desempenho, formação técnica, área de atuação, além de levar em conta fatores sociais – se o empregado está próximo de se aposentar, por exemplo. (C)

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Usineiro que apóia Lula foi autuado por trabalho escravo”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 15 de agosto do corrente.

A matéria mostra que um empresário historicamente ligado ao Partido dos Trabalhadores e que assina um manifesto que apóia a reeleição de Lula possui um histórico de funcionários flagrados em situação degradante e similar à de trabalho escravo.

Usineiro que apóia Lula foi autuado por trabalho escravo

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Um dos responsáveis pela elaboração de um manifesto de empresários pela reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o usineiro José Pessoa de Queiroz Bisneto, do grupo J. Pessoa, possui um histórico de funcionários flagrados em situação degradante e similar à de trabalho escravo.

A Usina Santa Cruz, em Campos dos Goytacazes (RJ), acumula pelo menos 139 autos de infração do Ministério do Trabalho desde 2003, quando o grupo J. Pessoa assumiu seu controle. Os registros de irregularidades, da usina e de suas subsidiárias, tratam de jornada extensa, falhas na segurança do trabalho e alojamentos sem higiene e infra-estrutura.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Os casos mais graves de flagrantes estão concentrados nos anos de 2003 e 2004. Desde então, a quantidade de autuações tem diminuído. Foram 50 em 2003, 52 em 2004 e 28 em 2005 e nove neste ano.

No PT, Queiroz Bisneto é apontado como um “empresário historicamente ligado ao partido”. Ao lado de Lawrence Pih (Moinho Pacífico) e Michael Haradom (da Fersol), o usineiro está concluindo um manifesto de apoio à reeleição de Lula. A idéia, segundo o partido, é recolher assinaturas para, na primeira quinzena de setembro, realizar um evento de lançamento em São Paulo.

Questionado sobre os problemas trabalhistas da Santa Cruz, o usineiro diz que eles têm diminuído ao longo dos últimos anos. “Compramos a usina em 2003. Ela veio cheia de irregularidades e, como você pode ver, a gente veio arrumando a casa.” (EDUARDO SCOLESSE)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias * BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza * PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney **	Paraíba PMDB – Ney Suassuna * PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão **	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João ** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa **	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque ** PFL – Paulo Octávio **
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro ** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen * BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan **	Amapá PMDB – José Sarney * PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres ** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros * PFL – Jonas Pinheiro ** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko** -----	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves * PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. (Vago) ³		
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁶	MG	2244	1. Leomar Quintanilha (PC do B) ⁵	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁷	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) ²⁻⁴		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 5.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB/AL), licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ A Senadora Serys Slhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Coleção Ambiental

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre a legislação que aborda a questão ambiental.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 82 PÁGINAS